



TERMO DE REFERÊNCIA - TR

OBJETO

Credenciamento de empresas integrantes da rede de concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes de veículos automotores, para a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos integrantes da frota do Município de Guaratuba, visando exclusivamente a preservação da garantia de fábrica e o cumprimento dos planos de manutenção técnica dos fabricantes.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Processo Administrativo nº 3794/2026.

1.2. Categoria do ETP: Credenciamento para prestação de serviços de manutenção automotiva especializada em rede autorizada.

1.2.1. Justificativa para definição da categoria do ETP: Lei 14133/21, art. 6º, inciso XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Grau de Prioridade da contratação: Alto.

1.4. Anexo I – Sistema Elotech: 1208.

1.5. A contratação que originará do presente processo de credenciamento se dará através de inexigibilidade de licitação, conforme o artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. DO OBJETO DA CONTRAÇÃO:

1.6.1. Credenciamento de empresas integrantes da rede de concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes de veículos automotores, para a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos integrantes da frota do Município de Guaratuba, visando exclusivamente a preservação da garantia de fábrica e o cumprimento dos planos de manutenção técnica dos fabricantes.

1.6.2. O presente objeto é classificado como serviços comuns, por se tratar de atividades de manutenção preventiva periódica cujos padrões de desempenho, qualidade, métodos de execução e resultados esperados são objetivamente definidos pelos fabricantes dos veículos e amplamente praticados no mercado, podendo ser descritos de forma clara e precisa no Estudo Técnico

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



Preliminar – ETP e neste Termo de Referência, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6.3. O presente objeto não se enquadra na classificação de bens ou serviços de luxo, tratando-se de serviços essenciais à manutenção preventiva da frota municipal, indispensáveis à preservação da garantia de fábrica, ao cumprimento dos planos de manutenção técnica dos fabricantes e à continuidade, segurança e eficiência da prestação dos serviços públicos.

1.7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	C.I.	C.G.	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	102694	22250	Revisões Periódicas Obrigatórias de Frota, conforme Plano de Manutenção do Fabricante, na Rede Autorizada	SV	1	368.703,84

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO É DE R\$ 368.703,84 (trezentos e sessenta e oito mil setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos.)

1.8. Glossário da Tabela I - Dos Itens a Serem Contratados

1.8.1. Item = indicação da posição numérica de cada Item a ser contratado;

1.8.2. C.I.: Código Interno = aquele utilizado para cadastro junto ao Sistema de Integrado de Gestão Pública Municipal;

1.8.3. C.G.: Código Compras.Gov = aquela utilizado como catálogo de itens padronizado nesta municipalidade, podendo ser CATMAT e CATSERV, assim como aduz o Decreto Municipal nº 25.358 de 2023;

1.8.4. Especificação = campo no qual é discorrido qual o descritivo técnico do item que será contratado;

1.8.5. Un. Med.: Unidade de Medida = campo para indicação de qual tipo de medida é empregada para a execução do objeto;

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



1.8.6. Quant.: Quantidade = campo destinado para indicação do quantitativo das medidas que serão contratadas, com base no levantamento realizado no ETP;

1.8.7. R\$ Total: Valor Total = campo que informa o valor total correspondente entre a multiplicação do valor unitário pela quantidade indicada para cada item.

1.9. No caso de divergência entre a especificação contida no código Catmat/Catserv e a especificação contida na Tabela I - Dos Itens a Serem Contratados, serão considerados para os fins desta contratação as especificações constantes neste documento.

2. DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

2.1. O instrumento contratual para a execução dos serviços oriundos desta contratação será o Contrato de Prestação de Serviços.

2.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, independentemente do período de vigência do Edital de Credenciamento, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e demonstrado o interesse da Administração.

2.3. Os valores constantes no contrato poderão ser reajustados ou revisados, quando cabível, nos termos da legislação vigente e da regulamentação aplicável, mediante solicitação formal devidamente justificada, observados os requisitos legais e contratuais.

2.4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

2.4.1. O presente credenciamento não comportará disputa, por tratar-se de modalidade de contratação paralela e não excludente, na qual os valores dos serviços de revisões periódicas obrigatórias da frota municipal decorrem dos planos de manutenção definidos pelos fabricantes e dos preços praticados pela rede autorizada, apurados por meio de pesquisa de mercado, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2.4.2. A participação é aberta a todas as concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes das marcas atualmente presentes na frota municipal (Renault e Fiat), bem como a outras concessionárias de marcas distintas, considerando o caráter amplo do objeto do credenciamento, que consiste na prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias para preservação da garantia de fábrica e cumprimento dos planos de manutenção técnica dos fabricantes. Outras concessionárias poderão solicitar credenciamento visando futuras aquisições de veículos pelo

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



Município, em consonância com o Art. 4º do Decreto nº 11.878/2024, que estabelece que o credenciamento não obriga a Administração a contratar.

2.4.3. O credenciamento abrangerá a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos integrantes da frota municipal que se encontrem em garantia de fábrica, abrangendo veículos leves, utilitários, vans, caminhonetes e demais veículos automotores que componham a frota, conforme os planos de manutenção técnica definidos pelos fabricantes e os critérios técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2.4.4. Será realizado sorteio público para definição da ordem de convocação, criando listas específicas para cada marca. Caso novos pedidos de credenciamento sejam recebidos posteriormente:

a) Se houver mais de um pedido para a mesma marca, será realizado sorteio para definir a posição na lista publicada;

b) Se houver apenas um pedido para determinada marca, a comissão avaliará a documentação apresentada e a concessionária será automaticamente incluída na sequência posterior, sem necessidade de novo sorteio.

2.4.5. A convocação para execução dos serviços priorizará as concessionárias localizadas em um raio de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros do Município de Guaratuba, considerando que o transporte dos veículos é de responsabilidade da Administração e que a indisponibilidade prolongada poderia comprometer serviços essenciais, incluindo o transporte de pacientes. Esse critério tem como objetivo garantir segurança, eficiência e vantajosidade para a Administração, reduzindo custos logísticos e tempo de indisponibilidade da frota, sem implicar direcionamento ou exclusão de empresas, em consonância com o Decreto Municipal nº 25.394/2024, §1º, inciso II, alínea “c”. Conforme verificação nos sites oficiais das fabricantes (tabela I), existem mais de uma concessionária autorizada dentro desse raio para as marcas atualmente adquiridas pelo Município, garantindo concorrência suficiente.

TABELA I - Relação de Concessionárias Autorizadas da Marca Renault situadas no raio estabelecido no Termo de Referência

Ordem	Nome da Concessionária	Endereço Completo	Distância (km)	Município
01	Globo Veículos Joinville	Rua Dr. João Colin, 1300	46.2km	Joinville

Rubrica:
PW

Rubrica:
CM



02	Globo Joinville RM + SR	Rua Quinze de Novembro, 3622 - Loja Comercio	47km	Joinville
03	Barigui Paranaguá	ALAMEDA CORONEL ELYSIO PEREIRA, 412 - Loja 02	48.1km	Paranaguá
04	Globo Veículos São Jose dos Pinhais	Avenida das Torres, 2392	55.9km	São Jose dos Pinhais
05	Formula Curitiba Parolin	Avenida Marechal Floriano Peixoto, 3588	65.1km	Curitiba
06	Globo Veículos Alto da XV	Avenida Marechal Deodoro, 2262	67.3km	Curitiba
07	Globo Veículos Vila Isabel	Rua Guarapes, 1081	67.8km	Curitiba
08	Barigui Curitiba Campina do Siqueira	Rua Otelo Queirolo, 216	70.8km	Curitiba
09	Autoplus SC São Bento do Sul	Rua Antonio Kaesemodel, 335	71.7km	São Bento do Sul
10	Autoplus SC Jaraguá do Sul	AV Prefeito Waldemar Grubba, 1212	72.3km	Jaraguá do Sul

[Para ver a lista completa de concessionárias autorizadas, acesse aqui o site oficial do fabricante.](#)

TABELA II - Relação de Concessionárias Autorizadas da Marca Fiat situadas no raio estabelecido no Termo de Referência

Ordem	Nome da Concessionária	Endereço Completo	Distância (km)	Município
01	FLORENCA-XV DE novembro	RUA XV DE NOVEMBRO, 3800 GLORIA	71,9km	JOINVILLE
02	FLORENCA-PARANAGUA	ALAMEDA CEL ELYSIO PEREIRA 457 ESTRADINHA	52,4km	PARANAGUA
03	RAVENNA JARAGUA DO SUL	AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 3097 VILA LALAU	102,7km	JARAGUA DO SUL
04	VERITA-SAO BENTO DO SUL	RODOVIA SC 301 500 OXFORD	119km	SAO BENTO DO SUL
05	BARIGUI-MATRIZ	R PADRE AGOSTINHO 3060 TERREO CAMPINA DO SIQUEIRA	136,1km	CURITIBA
06	BARIGUI-PORTAO	RUA JOAO TOBIAS PINTO REBELLO 3854 PORTAO	135,3km	CURITIBA
07	FLORENCA-CURITIBA	AV. MAL. FLORIANO PEIXOTO 3501 PAROLIN	129km	CURITIBA

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



08	VIA PORTO-TARUMA	AV VICTOR FERREIRA DO AMARAL 1930 TARUMA	138,3km	CURITIBA
09	FLORENCA-BACACHERI	AV PREFEITO ERASTO GAERTNER, 529 BACACHERI	142,7km	CURITIBA
10	BARIGUI-ALTO XV	R XV DE NOVEMBRO 2333 ALTO DA RUA XV	139,9km	CURITIBA
Para ver a lista completa de concessionárias autorizadas, acesse aqui o site oficial do fabricante.				

2.4.6. A distribuição dos serviços será realizada em regime de rodízio, de forma que cada veículo seja encaminhado sequencialmente para as concessionárias credenciadas, garantindo que todas recebam quantidade proporcional de veículos, observando estritamente a marca de cada veículo e respeitando a ordem definida no sorteio. Essa medida assegura equidade, aproveitamento máximo da capacidade das credenciadas, eficiência operacional e preservação da garantia de fábrica, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos.

2.4.7. O procedimento seguirá os princípios da impessoalidade, isonomia, publicidade e eficiência, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, e observará os critérios objetivos definidos no Decreto Municipal nº 25.394/2024, §1º, inciso II, alínea “c”, que permite considerar a localidade ou região onde serão executados os trabalhos como critério de distribuição da demanda quando não for possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

2.4.8. A gestão do credenciamento permitirá planejamento da frota municipal, garantindo que os veículos sejam revisados em conformidade com os planos de manutenção obrigatórios e preservando a garantia de fábrica. A Administração se reserva o direito de convocar os credenciados apenas conforme as marcas efetivamente adquiridas, sendo vedada a contratação de empresas de outras marcas sem necessidade ou previsão de aquisição futura de veículos que exijam revisões periódicas obrigatórias.

2.5. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

2.5.1. O presente Edital de Credenciamento permanecerá permanentemente aberto durante sua vigência, a qual terá prazo inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que devidamente comprovada a vantajosidade para a Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



2.5.2. O edital que deu origem ao processo de inexigibilidade poderá ser prorrogado, a critério da Administração, garantindo a continuidade do credenciamento e das contratações subsequentes, conforme planejamento da frota e necessidade de revisões periódicas.

2.5.3. Os valores de referência dos serviços serão analisados e, se necessário, atualizados no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados do início da vigência do Edital de Credenciamento, sendo obrigatória a atualização monetária com base no INPC, ou por outro índice oficial que venha a substituí-los. Constatada eventual disparidade em relação aos preços praticados no mercado, será realizada nova pesquisa de preços, com vistas à recomposição dos valores de referência deste Credenciamento.

2.5.3.1. A atualização monetária dos valores de referência dos serviços de revisões periódicas será realizada com base no INPC, ou, na hipótese de sua substituição por outro índice oficial, por este último, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do credenciamento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Justificamos a escolha por se tratar do índice oficial calculado pelo IBGE que reflete a variação média dos preços de bens e serviços no mercado interno, apresentando maior compatibilidade com a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços de revisão veicular.

2.5.3.2. Sua adoção garante atualização monetária equilibrada, preservando o valor real dos preços de referência e assegurando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Conforme disposto no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 25.394/2024, a presente demanda tem por finalidade a realização de credenciamento de empresas integrantes da rede de concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes de veículos automotores, para a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos integrantes da frota municipal, visando exclusivamente a preservação da garantia de fábrica e o cumprimento dos planos de manutenção técnica dos fabricantes.

Rubrica:
PW

3.2. A medida busca assegurar a adequada manutenção preventiva da frota, promovendo maior durabilidade dos bens públicos móveis, segurança operacional e eficiência na prestação dos serviços públicos. Além disso, o credenciamento visa atender, de forma ágil e contínua, às necessidades das diversas Secretarias Municipais, garantindo padronização técnica, economicidade, competitividade

Rubrica:
CM



entre prestadores autorizados e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3.3. A frota municipal é utilizada diariamente em atividades administrativas, transporte de pacientes, fiscalização, atendimento de serviços públicos essenciais e demais atividades institucionais. Dessa forma, a realização das revisões periódicas obrigatórias é imprescindível para:

I – Preservar a garantia de fábrica dos veículos;

II – Assegurar a conservação e prolongar a vida útil dos bens públicos;

III – Garantir condições adequadas de segurança e desempenho operacional;

IV – Assegurar a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população.

3.4. O Município deliberou pela adoção do modelo de credenciamento de empresas integrantes da rede autorizada dos fabricantes, considerando que os serviços de revisão em garantia devem ser executados exclusivamente por concessionárias ou oficinas autorizadas, sob pena de perda da cobertura contratual de fábrica.

3.5. Nesse contexto, o credenciamento configura-se como procedimento auxiliar adequado, permitindo a contratação paralela e não excludente de todos os interessados que atendam aos requisitos técnicos e legais, assegurando a isonomia, a ampla competitividade e a eficiência administrativa, em conformidade com o art. 74, inciso IV, e art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Considerando a utilização contínua da frota municipal e a necessidade de cumprimento dos cronogramas de manutenção definidos pelos fabricantes, torna-se necessária a implementação de um sistema flexível de contratação, que assegure atendimento rápido, técnico e padronizado às unidades gestoras, evitando a perda da garantia de fábrica e a interrupção da disponibilidade operacional dos veículos.

3.7. Ressalta-se que a realização das revisões periódicas obrigatórias por meios próprios mostra-se inviável, tendo em vista a exigência de infraestrutura técnica homologada pelos fabricantes, equipamentos específicos, certificações técnicas e mão de obra especializada. Ademais, a execução fora da rede autorizada implica a perda imediata da garantia de fábrica.

3.8. Diante desse cenário, o credenciamento de concessionárias e oficinas autorizadas configura-se como a alternativa mais eficiente, econômica e juridicamente adequada, assegurando o cumprimento das exigências técnicas dos fabricantes e a preservação do patrimônio público.

3.9. Nesse contexto, o credenciamento público configura-se como medida estratégica para garantir a continuidade dos serviços públicos, a proteção do patrimônio municipal e a eficiência da

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



gestão da frota, permitindo à Administração contar com uma rede técnica habilitada, permanentemente atualizada e apta a atender às demandas de manutenção preventiva em regime de fluxo contínuo, conforme os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4. DAS SOLUÇÕES PARA ATENDIMENTO AO PRESENTE OBJETO

4.1. A contratação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos da frota municipal, durante o período de garantia de fábrica, constitui demanda recorrente e transversal às diversas Secretarias e unidades administrativas.

4.1.1. Diante disso, foram analisadas três soluções distintas para a execução do objeto, conforme descrito a seguir.:

4.2. Solução nº 1 – Pregão Eletrônico para Contratação de Serviço Contínuo, verifica-se que, embora o modelo de pregão eletrônico para contratação de serviço contínuo proporcione previsibilidade orçamentária e padronização contratual, apresenta limitações relevantes quando comparado ao credenciamento no contexto do presente objeto.

4.2.1 Sob o aspecto técnico, a centralização do contrato em um único fornecedor não se mostra compatível com a natureza das revisões em garantia, que devem ser realizadas exclusivamente por concessionárias ou oficinas autorizadas pelo fabricante, podendo haver restrição de cobertura territorial e limitação da rede técnica disponível.

4.2.2 No aspecto econômico, a concentração em um único prestador reduz a competitividade e pode gerar dependência operacional, aumentando riscos de indisponibilidade do serviço e impactando a continuidade da frota.

4.2.3 Sob o aspecto socioeconômico e sociocultural, a centralização pode reduzir a participação de empresas locais e a capilaridade da prestação dos serviços.

4.2.4 Por fim, sob o aspecto administrativo, a contratação de um único prestador não atende plenamente à necessidade de atendimento simultâneo e descentralizado das unidades gestoras, especialmente em situações emergenciais ou em caso de indisponibilidade técnica do contratado.

4.3. Solução nº 2 – Sistema de Registro de Preços, constata-se que o modelo de registro de preços apresenta vantagens relacionadas à flexibilidade de contratação e à possibilidade de adesão posterior, porém também possui limitações frente ao objeto em análise.

4.3.1. Sob o aspecto técnico, o registro de preços não garante, por si só, a contratação exclusiva de concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes, podendo resultar em contratações

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



incompatíveis com a manutenção da garantia de fábrica, caso não haja controle rigoroso das habilitações técnicas.

4.3.2. No aspecto econômico, a concentração de fornecedores ou a limitação do universo de participantes pode resultar em menor competitividade e riscos de preços menos vantajosos.

4.3.3. Sob o aspecto socioambiental, exigências adicionais podem restringir a participação de fornecedores, especialmente em municípios de menor porte.

4.3.4. Do ponto de vista administrativo, embora o sistema permita contratações sob demanda, ele não assegura, de forma automática, a disponibilidade contínua e descentralizada de prestadores autorizados, o que é essencial para a preservação da garantia dos veículos

4.4. Solução nº 3 – Credenciamento, verifica-se que o modelo de credenciamento se apresenta como a alternativa mais vantajosa e tecnicamente adequada diante do objeto em estudo.

4.4.1. Sob o aspecto técnico, o credenciamento permite a contratação paralela e não excludente de concessionárias e oficinas integrantes da rede autorizada dos fabricantes, garantindo o cumprimento dos planos de manutenção e a preservação da garantia de fábrica.

4.4.2. No aspecto econômico, o modelo possibilita ampla participação de fornecedores habilitados, promovendo competitividade, economicidade e redução de riscos operacionais decorrentes da dependência de um único prestador.

4.4.3. No aspecto administrativo, o credenciamento proporciona maior flexibilidade e agilidade na contratação, permitindo que as unidades gestoras acionem os prestadores conforme a necessidade e localização, assegurando continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos.

4.4.4. Sob o aspecto socioeconômico, o modelo pode favorecer a participação de empresas locais e regionais, ampliando a pluralidade de prestadores.

4.4.5. Por fim, sob a ótica da governança pública, o credenciamento encontra respaldo nos arts. 74, IV, e 79, I, da Lei nº 14.133/2021, configurando-se como procedimento auxiliar adequado para contratações de natureza contínua e de fluxo permanente, alinhado aos princípios da eficiência, isonomia, publicidade e interesse público

4.4.6. Diante da análise comparativa, conclui-se que o credenciamento constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico, econômico e administrativo, por assegurar a preservação da garantia de fábrica, a continuidade operacional da frota municipal e a flexibilidade necessária para atendimento das demandas das unidades gestoras.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste no credenciamento de concessionárias e oficinas autorizadas para a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias (manutenção preventiva). O foco é a mão de obra especializada e o procedimento técnico que garantem a validade da garantia de fábrica.

5.2. O modelo de execução seguirá o fluxo sob demanda, no qual a Administração convocará a empresa credenciada sempre que o veículo atingir a quilometragem designada pelo fabricante para a realização da revisão obrigatória, necessária à manutenção da garantia, observando-se a posição da credenciada na respectiva lista de convocação por marca, conforme definida no procedimento de credenciamento.

5.3. Os valores terão como referência o plano de manutenção definido pela montadora ou fabricante, vigente para cada revisão conforme a quilometragem do veículo, observando-se os preços praticados pela rede autorizada, de forma a assegurar a correta execução dos serviços e a manutenção da garantia do veículo.

6. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

6.1. Eficiência Operacional: Garantir que 100% da frota nova cumpra o cronograma de revisões por quilometragem, mantendo a disponibilidade dos veículos.

6.2. Economicidade: Proteção do patrimônio público contra a desvalorização e contra gastos decorrentes da perda de garantia de fábrica, além da otimização dos custos de deslocamento.

6.3. Segurança: Assegurar que os veículos passem por inspeções técnicas completas em cada ciclo de quilometragem, seguindo os padrões de segurança dos fabricantes.

7. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

7.1. A manutenção preventiva dos veículos, realizada conforme os itens de quilometragem do plano de manutenção da montadora, pode contribuir para a mitigação de impactos ambientais, principalmente pelos seguintes aspectos:

7.2. Controle de Emissões: A manutenção adequada ajuda a manter o funcionamento correto do motor, contribuindo para a redução de emissões de poluentes.

7.3. Descarte Adequado de Resíduos: As oficinas autorizadas seguem protocolos de descarte e logística reversa para os resíduos gerados nas revisões, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



7.4. Longevidade dos Veículos: A manutenção preventiva contribui para a maior durabilidade dos veículos, reduzindo a necessidade de substituição precoce da frota e os impactos ambientais associados à produção e descarte de novos veículos.

8. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

8.1 O presente objeto não se classifica como sigiloso nos termos da Lei Federal nº 12.527 de 2011.

8.2 A execução do objeto possui caráter continuado, visto que atende a uma necessidade permanente de preservação do patrimônio público.

8.3 O instrumento contratual decorrente deste processo será formalizado por meio de contrato administrativo de credenciamento, com vigência de 12 (doze) meses, conforme item 02 deste TR.

8.4 Não há exclusividade, permitindo que novos prestadores de diferentes fabricantes se credenciem a qualquer tempo, bastando comprovar a condição de rede autorizada e aceitar os termos do edital.

8.5 Com fundamento nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e ampla competitividade, entende-se como tecnicamente desnecessária a exigência de:

8.5.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: A dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se pelo fato de que o objeto do credenciamento refere-se à prestação de serviços padronizados e regulados pelos fabricantes, consistentes em revisões de garantia. As empresas interessadas em participar do credenciamento deverão **comprovar possuir certificação e autorização técnica da respectiva marca**, condição suficiente para atestar sua capacidade operacional e técnica. A exigência de atestado adicional poderia restringir indevidamente a competitividade e contrariar os princípios da isonomia e da ampla participação.

8.5.2. Licenciamento Ambiental: Apresentar Licença Ambiental de Operação (LAO) ou documento equivalente (ou a respectiva Dispensa de Licenciamento), dentro do prazo de validade, expedido pelo órgão ambiental competente do Estado ou Município de sede da interessada.

8.5.2.1. Justificativa da Exigência: A comprovação de regularidade ambiental é indispensável visto que as oficinas geram resíduos que, se descartados incorretamente, causam graves danos ao meio ambiente, tais como vazamento de óleos e combustíveis no solo e na água, acúmulo inadequado de pneus, descarte incorreto de solventes e emissão de gases poluentes.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



8.5.2.2. A exigência visa garantir que a credenciada cumpra rigorosamente os protocolos de descarte e logística reversa para os resíduos gerados nas revisões (óleos e fluídos), em estrita conformidade com as normas ambientais aplicáveis e com o dever de zelo pelo patrimônio público.

8.5.3. VISTORIA TÉCNICA: A vistoria técnica não será exigida, por não haver necessidade de conhecimento prévio de instalações físicas ou de logística específica por parte da Administração no local de execução. As revisões serão realizadas nas dependências das oficinas/concessionárias credenciadas, mediante solicitação da Central de Veículos ou Secretaria, conforme a quilometragem prevista no plano de manutenção da montadora. A exigência de vistoria seria medida desnecessária e desproporcional, onerando indevidamente os credenciados e contrariando os princípios da eficiência e economicidade.

8.5.4. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS/CATÁLOGOS: Não se aplica a exigência de apresentação de amostras ou catálogos, considerando que o objeto refere-se a serviços técnicos padronizados, cujos parâmetros e procedimentos são definidos pelos manuais e planos de manutenção dos fabricantes. A conformidade dos serviços será verificada no momento da execução, mediante conferência técnica e documental pelo fiscal do contrato.

8.5.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: A comprovação econômico-financeira será dispensada, considerando que o objeto se refere a serviços de pequena escala, executados de forma parcelada, sem necessidade de elevado capital de giro ou capacidade financeira robusta para atendimento imediato de grande volume. A contratação por credenciamento, com pagamento proporcional aos serviços efetivamente prestados, mitiga riscos de inadimplemento e dispensa a necessidade de comprovar indicadores financeiros complexos. A exigência de documentos como balanço patrimonial ou índices econômico-financeiros poderia restringir a participação de microempreendedores individuais e pequenos prestadores, contrariando o objetivo principal desta contratação, que é fomentar o empreendedorismo local e assegurar ampla competitividade, em consonância com os princípios da isonomia, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Rubrica:

PW

8.5.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias administradas pela Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou outra que venha a substituí-la; Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da credenciada; Prova de regularidade para com

Rubrica:

CM



a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da credenciada; Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; Na hipótese de o fornecedor ser legalmente isento do recolhimento de tributos estaduais, municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão, declaração ou outro documento idôneo expedido pela Fazenda competente do seu domicílio ou sede, nos termos da legislação aplicável.

8.6. Por se tratar de credenciamento, não há agrupamento por itens ou lotes excludentes, sendo vedada a aplicação de critérios de exclusividade para ME/EPP por incompatibilidade com a natureza do objeto (rede autorizada).

8.7. Serviços prestados em nome da Contratante sem a emissão de nota de empenho prévia comprovando a legitimidade da solicitação, não serão liquidados e pagos, de acordo com o art. 1º do Decreto Federal nº 64.752 de 1969, onde apresenta taxativamente que “nenhuma despesa poderá ser realizada sem prévio empenho”

8.8. A contratação será realizada por meio de credenciamento direto, sem fracionamento, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos legais e técnicos.

8.9. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que: (a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; (b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; (c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e (d) haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8.10. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.10.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, tendo em vista que os serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos durante o período de garantia de fábrica devem ser executados exclusivamente por concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes, conforme exigências técnicas dos respectivos manuais de manutenção.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



8.10.2. O contratado deverá executar integralmente os serviços com meios próprios, sendo vedada a transferência da execução a terceiros que não integrem a rede autorizada do fabricante.

8.10.3. O contratado permanecerá integralmente responsável pela qualidade dos serviços executados e pelo cumprimento dos planos de manutenção dos fabricantes.

8.11. DAS GARANTIAS

8.11.1. GARANTIA DA PROPOSTA: A exigência de garantia de proposta não se aplica ao presente credenciamento, uma vez que não há competição direta entre licitantes nem julgamento de propostas de preço. Além disso, a modalidade de credenciamento não demanda a formalização de garantias para assegurar a proposta, sendo suficiente a habilitação e o atendimento aos requisitos técnicos previstos no edital.

8.11.2. GARANTIA DO OBJETO: A garantia do objeto será assegurada pela garantia de fábrica do veículo, bem como pelos termos de garantia oferecidos pelas oficinas/concessionárias credenciadas, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor e com as normas aplicáveis. A exigência de garantia contratual adicional seria desnecessária, tendo em vista a natureza do serviço e a existência de cobertura legal e técnica já prevista pelos fabricantes.

8.11.3. GARANTIA CONTRATUAL: A exigência de garantia contratual, prevista como faculdade da Administração no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não será adotada, considerando que o objeto do credenciamento apresenta baixo risco de execução e se caracteriza como prestação de serviços padronizados, com valores previamente definidos e sem complexidade operacional. A imposição de garantia contratual poderia representar ônus financeiro desproporcional aos credenciados, reduzindo a competitividade e prejudicando a ampla participação, o que seria incompatível com os princípios da razoabilidade e eficiência.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. DO PROCESSO PARA REQUISICÃO PARA O CREDENCIAMENTO

9.1.1. As pessoas jurídicas interessadas deverão formalizar requerimento denominado “**Requisição de Participação – Credenciamento nº xx/2026 – SMA – Revisões Periódicas da Frota Municipal**”, por meio do Portal Governo Digital do Município de Guaratuba, ou outro sistema eletrônico oficial que venha a substituí-lo.

9.1.2. Link para acesso ao requerimento: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



9.1.3. A interessada deverá apensar ao requerimento toda a documentação exigida no item 8 deste Termo de Referência, observando rigorosamente os critérios legais, fiscais, trabalhistas e técnicos estabelecidos.

9.1.4. Em estrita observância ao Art. 79, parágrafo único, I, da Lei nº 14.133/2021 e ao Art. 4º do Decreto Municipal nº 25.394/2024, o cadastramento de novos interessados permanecerá permanentemente aberto durante a vigência deste Edital.

9.2. DO PROCESSO DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

9.2.1. A análise da documentação apresentada será realizada pela Comissão Designada, obedecendo à ordem cronológica de protocolo dos requerimentos.

9.2.2. Constatada a regularidade da documentação apresentada, a requerente será declarada apta e poderá integrar a Lista de Credenciadas, ficando autorizada a executar os serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos da frota municipal, após a realização do sorteio, nos termos do Edital, do Termo de Referência e do instrumento contratual.

9.2.3. A requerente que deixar de apresentar qualquer documento exigido, ou cuja documentação não atenda às exigências legais ou técnicas, será declarada **inapta**, sendo formalmente notificada do resultado.

9.2.4. As requerentes consideradas inaptas poderão apresentar recurso contra a decisão administrativa nos prazos 03 (três) dias uteis a partir da comunicação da inaptidão.

9.2.4.1. O pedido de reanálise deverá ser realizado por meio do mesmo processo de requerimento, não sendo admitida a abertura de novo processo administrativo para esse fim.

9.2.4.2. As documentações apresentadas que possuam erros sanáveis serão diligenciadas para Requerente, que terão o prazo de 03 (três) dias uteis para remeter a documentação ajustada, sob pena de inabilitação.

9.3. DO PROCESSO PARA FORMAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADAS

9.3.1. O credenciamento será precedido de período inicial de manifestação de interesse, durante o qual os interessados poderão requerer sua participação no credenciamento, mediante a apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência e no Edital.

9.3.2. Encerrado o prazo de manifestação de interesse, a Comissão Designada procederá à análise da documentação apresentada pelas requerentes, podendo realizar diligências para

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



esclarecimento, complementação ou saneamento de falhas formais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3. As requerentes que, ao final da análise documental e das diligências eventualmente realizadas, tiverem seu pedido deliberado como apto, passarão a integrar o Quadro de Credenciadas, ficando habilitadas à prestação dos serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos da frota municipal.

9.3.4. Após a definição do Quadro de Credenciadas, será realizado sorteio público, conduzido pela Comissão Designada, com ampla publicidade, para estabelecer a ordem da Lista de Credenciadas, a qual servirá como critério de convocação para a execução dos serviços, observada a demanda da Administração.

9.3.5. Na hipótese de existir apenas uma concessionária credenciada por marca de veículo, esta será diretamente convocada para a execução dos serviços de revisão, por ausência de concorrência dentro da respectiva marca, considerando o interesse público, a preservação da garantia de fábrica e a necessidade de continuidade e eficiência na prestação do serviço.

9.4. DO PROCESSO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.4.1. A execução dos serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos da frota municipal dar-se-á mediante a prévia emissão da Nota de Empenho, a qual será direcionada à Credenciada correspondente, observada a ordem estabelecida na Lista de Credenciadas.

9.4.1.1. As Credenciadas atuarão de forma não excludente, obedecendo ao sistema de rodízio, respeitada a ordem estabelecida na Lista de Credenciadas, salvo situações devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.

9.4.1.2. Será admitida a recusa da execução dos serviços pela Credenciada, desde que formalmente justificada, mediante documento datado e assinado por seu responsável legal ou técnico, apresentado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Nota de Empenho.

9.4.1.3. A recusa injustificada ou reiterada implicará o remanejamento da Credenciada para o final da lista de rodízio, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo para apuração de eventual descumprimento contratual, podendo resultar na aplicação das sanções cabíveis.

9.4.2. A execução dos serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos da frota municipal dar-se-á de forma contínua e sob demanda, observada a disponibilidade operacional dos veículos e

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



os cronogramas de manutenção definidos pelos fabricantes, considerando que os veículos permanecem em circulação regular para atendimento das atividades administrativas e operacionais do Município.

9.4.2.1. A utilização dos veículos ocorre, predominantemente, no período compreendido entre 05h (cinco horas) e 18h (dezoito horas), razão pela qual a Administração organizará o encaminhamento dos veículos para a realização das revisões periódicas conforme agendamento prévio com a concessionária ou oficina autorizada, observada a disponibilidade operacional de cada automóvel e os cronogramas de manutenção definidos pelos fabricantes, sem prejuízo de encaminhamento em outros horários, sempre que houver necessidade operacional.

9.4.2.2. Para fins de organização, previsibilidade e eficiência na execução dos serviços, o encaminhamento dos veículos para as revisões periódicas será realizado conforme a quilometragem, o prazo ou os critérios técnicos estabelecidos nos planos de manutenção dos fabricantes, priorizando-se os veículos que se encontrarem mais próximos dos limites de revisão obrigatória.

9.4.2.2.1. Concluída a execução dos serviços de revisão de determinado veículo, o encaminhamento dos demais veículos ocorrerá conforme a quilometragem, o prazo e os critérios técnicos definidos nos planos de manutenção dos fabricantes.

9.4.2.2.2. O referido cronograma poderá ser ajustado ou reprogramado a qualquer tempo, em razão de demandas emergenciais, alterações operacionais ou necessidade do serviço público, sem prejuízo da alternância entre as Credenciadas e da observância dos limites do empenho correspondente e a periodicidade semanal, destinada a execução exclusiva da credenciada da vez, observadas as disposições deste Termo de Referência.

9.4.2.3. Após a definição do cronograma de execução semanal, com a indicação do quantitativo estimado de veículos a serem atendidos no respectivo período, a Administração procederá à emissão da correspondente Nota de Empenho, a qual constituirá a autorização formal para a execução dos serviços.

9.4.2.3.1. Somente após a efetiva emissão da Nota de Empenho os veículos poderão ser encaminhados à Credenciada, de forma gradativa e conforme a demanda técnica, observada a disponibilidade operacional da frota, o agendamento com a concessionária ou oficina autorizada e a necessidade do serviço público.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



9.4.2.3.2. Importa salientar que, os serviços serão executados sob demanda, nos limites do valor empenhado.

9.4.2.4. Os serviços deverão ser executados de modo a não comprometer a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município, vedada a retenção indevida dos veículos por prazo superior ao estritamente necessário à realização das revisões periódicas, observados os prazos técnicos, os cronogramas de manutenção dos fabricantes e os padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

9.4.2.5. Não se aplica, para fins de execução dos serviços objeto deste credenciamento, prazo fixo contado a partir do envio de Nota de Empenho, devendo prevalecer a programação operacional definida no cronograma, sem prejuízo de solicitações pontuais ou extraordinárias formalizadas pela Administração.

9.4.2.6. O prazo para conclusão dos serviços poderá ser prorrogado, desde que solicitado previamente pela Credenciada, mediante justificativa formal e detalhada, contendo data, assinatura e identificação do responsável legal, ficando a prorrogação condicionada à anuência expressa da Administração.

9.4.2.6.1. O simples pedido de prorrogação não implica dilação automática do prazo, devendo ser expressamente deferido pela Administração.

9.4.2.6.2. A solicitação de prorrogação poderá ser indeferida e, a depender das circunstâncias, poderá ensejar a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade, com eventual aplicação de sanções administrativas.

9.4.2.7. O prazo para realização das revisões periódicas poderá ser reduzido, inclusive com atendimento prioritário, em casos excepcionais devidamente justificados, documentados e autorizados pela Administração Municipal.

9.4.2.7.1. Caso a Credenciada da vez se recuse ou apresente mora na formalização da resposta será destinado a próxima colocada a execução excepcional.

9.4.2.7.2. A Prefeitura deverá manter registros dos processos excepcionais, onde documenta toda a tratativa e ações para atendimento do caso excepcional.

9.4.3. Durante todo o período em que o veículo estiver sob posse da Credenciada para execução dos serviços, este ficará sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, respondendo a Credenciada por quaisquer danos, avarias, extravios, furtos, roubos, acidentes ou prejuízos causados ao veículo

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



ou a terceiros, independentemente de culpa, sem prejuízo das demais responsabilidades civis, administrativas, penais e contratuais.

9.4.4. As revisões deverão seguir os procedimentos definidos nos manuais e planos de manutenção dos fabricantes dos veículos.

9.4.5. Os serviços executados deverão deixar o veículo em perfeitas condições de funcionamento, segurança e conservação mecânica, em conformidade com os padrões técnicos e procedimentos estabelecidos pelos fabricantes, sem danos decorrentes da execução dos serviços.

9.4.6. A Credenciada deverá manter registros técnicos da execução dos serviços, tais como ordem de serviço, relatório de revisão, notas de serviço ou registro no sistema do fabricante, como condição para solicitação de pagamento, conforme disposto neste Termo de Referência.

9.4.7. O aceite do serviço pela Administração não exime a Credenciada da responsabilidade civil e contratual por vícios de qualidade, quantidade ou execução em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

9.4.8. Constatada a execução inadequada, incompleta ou em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou no contrato, a Credenciada será obrigada a refazer os serviços, sem qualquer ônus para a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

9.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.5.1. São obrigações da Contratada:

9.5.1.1. Executar os serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos da frota municipal, destinados ao atendimento das Secretarias do Município de Guaratuba, observando os planos de manutenção, manuais e diretrizes dos fabricantes, de modo a preservar a garantia de fábrica, conforme as especificações deste Termo de Referência e do contrato.

9.5.1.2. Durante toda a vigência do credenciamento e do contrato, a contratada deverá manter válida a autorização da marca para a execução dos serviços, bem como manter válidas e negativas as certidões de regularidade federal, estadual, municipal, trabalhista e do FGTS.

9.5.1.3. Refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer serviços que apresentem falhas, vícios, inconsistências técnicas ou execução em

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



desacordo com as especificações contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

9.5.1.4. Comunicar formalmente à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas contadas do recebimento da Nota de Empenho, a ocorrência de quaisquer fatos ou intercorrências que possam impedir, retardar ou comprometer a execução dos serviços no prazo previsto, apresentando justificativa técnica idônea e devidamente documentada.

9.5.1.5. Disponibilizar equipe técnica devidamente qualificada e capacitada, garantindo que os serviços de revisões periódicas obrigatórias sejam executados por profissionais aptos, observando as boas práticas recomendadas pelos fabricantes de veículos.

9.5.1.6. Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, peças, insumos e recursos humanos necessários à execução das revisões periódicas obrigatórias nos veículos da frota do Município de Guaratuba, conforme os padrões dos fabricantes, sem custos adicionais para a Administração Pública além do valor contratado.

9.5.1.7. Atender às solicitações da Administração Municipal em situações de urgência ou necessidade emergencial, quando devidamente justificadas, observada a disponibilidade operacional da Credenciada e as condições pactuadas no contrato.

9.5.1.8. Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelos veículos a partir do momento de seu recebimento para execução dos serviços até a sua efetiva devolução à Administração, respondendo por danos, avarias, extravios, furtos, roubos, acidentes ou quaisquer prejuízos, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

9.5.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios de qualidade, quantidade ou inadequação dos serviços prestados, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), quando aplicável, bem como pela legislação administrativa vigente.

9.5.1.10. Reparar, indenizar ou ressarcir integralmente a Administração por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos ou representantes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM

9.5.2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.5.2.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo



de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. DA FISCAL DO CONTRATO

10.6.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Célcio Esquinca, Diretor da Central de Veículos, matrícula 48771, designado fiscal por meio da Portaria nº 15.988.

10.6.2. Na hipótese de remanejamento de veículo para outra Secretaria Municipal, o fiscal deverá comunicar formalmente o fato, mediante protocolo administrativo, informando a Secretaria de destino, bem como o respectivo fiscal e gestor responsáveis, a fim de assegurar a adequada transferência do acompanhamento contratual.

10.6.3. Após o recebimento do protocolo de remanejamento, será providenciada a formalização da alteração pertinente, por meio de apostilamento, transferindo-se a responsabilidade pelo

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



acompanhamento do veículo à Secretaria de destino, que passará a elaborar os relatórios de fiscalização contratual em conjunto com o fiscal designado da respectiva pasta gestora.

10.6.4. Quando o veículo estiver sob a responsabilidade de outra secretaria usuária, a fiscalização e emissão de relatório competirão ao fiscal designado por aquela secretaria.

10.6.5. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas.

10.6.6. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.6.7. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

10.6.8. Demais funções previstas na regulamentação municipal.

10.7. DO GESTOR DO CONTRATO

10.7.1. O gestor do contrato será o Secretário Municipal da Administração, Paulo Renato Weigert, e Decreto Municipal nº 27.179/2026 que o nomeou como Secretário Municipal da Administração e Portaria que a habilitou como Gestor de Contrato, e terá as seguintes atribuições:

10.7.2. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização.

10.7.3. Acompanhar os registros realizados pela fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.7.4. Demais funções previstas na regulamentação municipal.

11. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. DO RECEBIMENTO

11.1.1. Os serviços de revisão veicular serão recebidos provisoriamente no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da entrega do veículo revisado, juntamente com a abertura da solicitação de pagamento, observado o disposto neste Termo de Referência.

Rubrica:
PW

Rubrica:
CM



11.1.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida individualmente para cada Nota de Empenho e conter, obrigatoriamente:

11.1.2.1. A discriminação detalhada dos serviços executados, com identificação individual dos veículos atendidos, contendo, no mínimo, placa, tipo de serviço realizado e data de execução;

11.1.2.2. O número da Nota de Empenho correspondente;

11.1.2.3. Os dados bancários completos para fins de pagamento.

11.1.3. A apresentação da Nota Fiscal deverá ser realizada por meio do Portal do Governo Digital do Município de Guaratuba, ou outro que venha a substituí-lo, dentro do mesmo processo de empenho.

11.1.3.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Guaratuba, CNPJ nº 76.017.474/0001-08, com endereço na Rua Doutor João Cândido, nº 380, Centro, Guaratuba/PR.

11.1.4. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

11.1.4.1. Cópia da Nota de Empenho, devidamente assinada pelo Contador Municipal e pelo Secretário Municipal requisitante, quando aplicável;

11.1.4.2. Certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos débitos federais, estaduais, municipais, trabalhistas e do FGTS, dentro do prazo de validade;

11.1.4.3. Cartão do CNPJ atualizado da Credenciada;

11.1.4.4. Registros fotográficos dos serviços executados, observando-se, no mínimo:

11.1.5. Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência, do contrato ou das normas vigentes, devendo ser refeitos pela Credenciada, no prazo fixado pela Administração.

11.1.5.1. Os custos decorrentes da reexecução dos serviços correrão exclusivamente por conta da Credenciada, não sendo devido qualquer ônus adicional à Administração.

11.1.5.2. A reexecução dos serviços em conformidade com o exigido não afasta a possibilidade de aplicação de penalidades administrativas, conforme o caso concreto.

11.1.6. Os serviços serão recebidos definitivamente após o término do prazo de recebimento provisório de até 3 (três) dias úteis, mediante verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos serviços prestados e aceite formal da Administração, nos termos da regulamentação municipal aplicável.

11.1.6.1. Nota Fiscal não será considerada apta ao recebimento definitivo caso esteja ausente qualquer documento, informação ou requisito previsto neste item e seus subitens.

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



11.1.6.2. Na hipótese de inconsistências ou ausência de documentos, será solicitada à Credenciada a correção ou complementação, cabendo-lhe providenciar as adequações necessárias.

11.1.6.3. Os ônus decorrentes da solicitação de pagamento em desconformidade com este Termo de Referência serão de responsabilidade exclusiva da Credenciada.

11.1.6.3.1. Inclui-se nesse caso a necessidade de cancelamento e reemissão da Nota Fiscal, quando aplicável.

11.1.6.4. Fica suspensa a contagem dos prazos para pagamento até a completa regularização das exigências formalizadas pela Administração.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada pelos prejuízos decorrentes de execução inadequada, incorreta ou em desacordo com as condições pactuadas, nos termos do § 2º do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO

11.3. Após o recebimento definitivo dos serviços, a Nota Fiscal será encaminhada à fase de Liquidação da Despesa, ocasião em que será verificado o adimplemento integral da Credenciada quanto às obrigações contratuais, legais e fiscais, bem como a correção formal da documentação apresentada. O prazo para a liquidação será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo, já deduzidas eventuais glosas, compensações, notas de débito ou penalidades, nos termos do Termo de Referência, do contrato e da legislação aplicável, prorrogável por igual período, mediante justificativa formal da Administração.

11.4. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação integral da documentação exigida, ou enquanto persistirem irregularidades na Nota Fiscal, na execução dos serviços, no fornecimento dos bens eventualmente vinculados à execução, ou no cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Credenciada.

11.5. A retenção de pagamento decorrente de penalidade aplicada em outros contratos firmados com a Administração Pública, no período compreendido entre a decisão administrativa final que impôs a multa e o seu efetivo adimplemento, suspende a fluência do prazo para a Administração, não caracterizando mora nem gerando direito à compensação financeira, atualização monetária ou qualquer outro acréscimo.

11.6. Decorrido o prazo para adimplemento da multa aplicada, sem que tenha havido o pagamento voluntário, a Administração poderá proceder ao desconto automático do valor devido

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



na Nota Fiscal apresentada para pagamento, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas ou legais cabíveis.

11.6.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Guaratuba, CNPJ nº 76.017.474/0001-08, Endereço Rua Doutor João Cândido, nº 380, constando número da licitação, lote/item.

11.6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.6.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.6.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

11.6.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

11.7. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.7.1. O pagamento será processado após a conclusão dos serviços de revisão veicular efetivamente executados, nos limites do respectivo empenho previamente emitido, observando-se o fluxo administrativo padrão adotado pelo Município de Guaratuba.

11.7.2. Após a emissão do empenho e a execução dos serviços, o processo administrativo será encaminhado, por meio do sistema eletrônico oficial do Município (Governo Digital ou aquele que vier a substituí-lo), à Credenciada, para que esta junte a Nota Fiscal/Fatura e as Certidões Negativas exigidas, solicitando formalmente o pagamento, sendo este o mesmo processo de formalização do empenho.

11.7.3. Link: Governo Digital: <https://guaratuba.oxy.elotech.com.br/governo-digital/>

11.7.4. Compete à Secretaria solicitante proceder à conferência da documentação, ao ateste da execução dos serviços pelo Fiscal e Gestor do Contrato, bem como à formalização do pedido de

Rubrica:

PW

Rubrica:

CM



liquidação e pagamento junto à Secretaria de Finanças, em conformidade com a legislação vigente e com as disposições deste Termo de Referência e do instrumento contratual.

11.7.5. O prazo para o processamento e efetivo pagamento à Credenciada não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos, contados da data da liquidação da despesa, desde que cumpridas integralmente todas as exigências documentais e contratuais.

11.7.6. O pagamento será realizado preferencialmente por transferência bancária ou por meio de PIX, sendo de responsabilidade da Credenciada a correta e completa identificação dos dados bancários na Nota Fiscal.

11.7.6.1. A conta bancária ou a chave PIX informada deverá, obrigatoriamente, estar vinculada à titularidade da própria Credenciada, correspondente ao respectivo CNPJ, vedada a indicação de contas de terceiros, a qualquer título, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e expressamente autorizadas pela Administração.

11.7.7. Na hipótese de atraso no pagamento, desde que a Credenciada não tenha concorrido para a mora, fica convencionado que a compensação financeira devida pela Administração será calculada mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

11.7.8. A Administração realizará a retenção do Imposto de Renda na fonte sobre os valores pagos à Credenciada, a qualquer título, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, que consolida o entendimento acerca da aplicação do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988.

11.7.9. Será aplicada a alíquota de retenção prevista na IN RFB nº 1.234/2012 e em suas atualizações posteriores, editada nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicada por extensão aos pagamentos efetuados por esta Municipalidade.

11.7.10. As hipóteses de retenção, deduções na base de cálculo e eventuais dispensas de retenção do Imposto de Renda deverão estar expressamente informadas nos documentos fiscais, conforme as disposições da IN RFB nº 1.234/2012.

11.7.11. As retenções tributárias serão efetuadas no momento do pagamento, após o devido ateste e liquidação da despesa, mediante recolhimento aos cofres públicos, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das demais retenções legais eventualmente aplicáveis.

Rubrica:
PW

Rubrica:
CM



12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Considerando que os itens a serem contratados foram devidamente qualificados, quantificados e precificados, conforme demonstrado nos itens e subitens anteriores deste Termo de Referência, procede-se à identificação das fontes de recursos orçamentários que suportarão a formalização do respectivo instrumento contratual.

12.2. O custo total estimado para o presente Credenciamento destinado à contratação de serviços de revisão veicular da frota municipal é de R\$ 368.703,84 (trezentos e sessenta e oito mil setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos.), conforme detalhado neste Termo de Referência, estando sua execução condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos da legislação vigente.

12.3. Correlação da despesa acostada na movimentação #19 do processo administrativo nº 3794/2026.

13. DA DECLARAÇÃO CONCLUSIVA DA CONTRATAÇÃO

13.1. Sendo elaborado o presente estudo em conformidade com o arcabouço legal existente, declara como VIÁVEL a presente contratação, segue abaixo assinado o TR pelos Agentes Demandantes e segue para aprovação do Gestor do Contrato da Secretaria Municipal da Administração.

13.2. A Contratação que se originará do presente processo de credenciamento se dará através de Inexigibilidade de Licitação, conforme o artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21.

Assinado por:

Camila Miranda

05/03/2026 - 14:33

HODF7QXWQNCOMENXMSITMG

[DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI MUNICIPAL DE Nº 1.982 DE 2023]

Camila de Arzão Miranda

Agente Demandante

Matrícula nº 162.371

TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO PELO GESTOR DO CONTRATO:

**GUARATUBA**

Secretaria Municipal da

Administração

Considerando a necessidade de manutenção adequada da frota do Município de Guaratuba e a preservação da garantia de fábrica dos veículos, bem como a observância dos planos de manutenção técnica dos fabricantes, aprovo o prosseguimento da presente contratação de credenciamento de empresas integrantes da rede de concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes de veículos automotores, para a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos integrantes da frota municipal, por se tratar de medida necessária, adequada e proporcional à garantia da continuidade dos serviços públicos, à conservação da frota, à segurança dos usuários e à proteção do patrimônio público, encontrando-se em plena conformidade com os regulamentos administrativos e as normas legais vigentes.

Assinado por:

Paula Weigert

05/03/2026 - 17:05

OURGKWNERHE4TMCC1VTMQA

[DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME LEI MUNICIPAL DE Nº 1.982 DE 2023]**Paulo Renato Weigert****Secretário Municipal da Administração****Decreto nº 27.179/2026**